



Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>

A reativação da direita no Brasil

André Singer

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1664>

Submetido em: 2021-01-08

Postado em: 2021-01-11 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

A reativação da direita no Brasil¹

The reactivation of the right in Brazil

La réactivation de la droite au Brésil

La reactivación de la derecha en Brasil

André Singer/Professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo/Orcid id 0000-0001-6590-8405

Eu, André Vitor Singer, autor responsável pela submissão do manuscrito intitulado “A reativação da direita no Brasil”, declaro que não possuo conflito de interesses de ordem pessoal, comercial, acadêmico ou financeiro no manuscrito.

Resumo: Qual a estrutura das predisposições ideológicas do eleitorado brasileiro e como elas são afetadas pelas estratégias das diferentes forças políticas? O artigo busca mostrar, com base em dados do Datafolha, que houve uma continuidade entre o observado logo após a redemocratização de 1988 e os trinta anos que se seguiram, a saber, a preferência pela direita por parte da maioria relativa do eleitorado em surveys de autolocalização no espectro ideológico. Depois, utilizando a noção teórica de ativação, o artigo testa, com base em pesquisas do Eseb, a hipótese de que, entre 2006 e 2014, teria havido uma tendência de desativação das predisposições ideológicas. A conclusão é que o lulismo despolarizou a disputa política e coube a Bolsonaro, com uma postura radical, reativar o conservadorismo na eleição de 2018, quando o campo da direita chegou a reunir 45% dos eleitores.

¹ Agradecemos a Silvia Elena Alegre pelo aconselhamento estatístico, processamento dos dados e formalização do material exposto; ao CNPq pela bolsa que auxiliou na realização da presente pesquisa durante 2020.

Palavras-chave: direita; despolarização; ativação das predisposições ideológicas; Bolsonaro; eleições de 2018

Abstract: What is the structure of the ideological predispositions of the Brazilian electorate and how are they affected by the strategies of the different political forces? The article seeks to show, based on data from Datafolha, that there was a continuity between what was observed right after the 1988 re-democratization and the thirty years that followed, namely, the preference for the right by the relative majority of the electorate in surveys of self-location on the ideological spectrum. Then, using the theoretical notion of activation, the article tests, based on research by Eseb, the hypothesis that, between 2006 and 2014, there was a tendency to disable ideological predispositions. The conclusion is that Lulism depolarized the political dispute and it was up to Bolsonaro, with a radical stance, to reactivate the conservatism in the 2018 election, when the right-wing field came to gather 45% of voters.

Keywords: right; depolarization; activation of ideological predispositions; Bolsonaro; 2018 elections

Résumé: Quelle est la structure des prédispositions idéologiques de l'électorat brésilien et comment sont-elles affectées par les stratégies des différentes forces politiques? L'article cherche à montrer, sur la base des données de Datafolha, qu'il y avait une continuité entre ce qui a été observé juste après la redémocratisation de 1988 et les trente années qui ont suivi, à savoir, la préférence pour le droit de la majorité relative de l'électorat dans les enquêtes sur auto-localisation sur le spectre idéologique. Puis, à partir de la notion théorique d'activation, l'article teste, à partir des recherches d'Eseb, l'hypothèse selon laquelle, entre 2006 et 2014, il y avait une tendance à désactiver les prédispositions idéologiques. La conclusion est que le lulisme a dépolarisé le différend politique et qu'il appartenait à Bolsonaro, avec une position radicale, de réactiver le conservatism lors des élections de 2018, lorsque le champ de droite est venu rassembler 45% des électeurs.

Mots clés: droite; dépoliarisation; activation des prédispositions idéologiques; Bolsonaro; élections de 2018

Resumen: ¿Cuál es la estructura de las predisposiciones ideológicas del electorado brasileño y cómo se ven afectadas por las estrategias de las diferentes fuerzas políticas?

El artículo busca mostrar, a partir de datos de Datafolha, que hubo una continuidad entre lo observado justo después de la redemocratización de 1988 y los treinta años que siguieron, es decir, la preferencia por la derecha de la mayoría relativa del electorado en las encuestas de auto-ubicación en el espectro ideológico. Luego, utilizando la noción teórica de activación, el artículo contrasta, a partir de una investigación de Eseb, la hipótesis de que, entre 2006 y 2014, hubo una tendencia a deshabilitar las predisposiciones ideológicas. La conclusión es que el lulismo despolarizó la disputa política y le tocó a Bolsonaro, con una postura radical, reactivar el conservadorismo en las elecciones de 2018, cuando el campo de derecha llegó a reunir el 45% de los votantes.

Palabras claves: derecha; despolarización; activación de predisposiciones ideológicas; Bolsonaro; elecciones de 2018.

Introdução: o fim de um ciclo

A irresistível marcha de Jair Bolsonaro, candidato de pequena projeção pessoal, pouco tempo de TV, ausência de apoio partidário significativo e recursos financeiros escassos (Nicolau, 2020), em direção à Presidência da República, fez o país retroceder trinta anos, ao repetir em 2018 a façanha de Fernando Collor de Mello. Ambos saídos do nada, cavalgando uma onda popular, tomaram de assalto o núcleo da política no Brasil. Mas, na realidade, o *loop* foi maior, pois a chegada ao Planalto de um ex-capitão do Exército, e admirador da ditadura, reviveu 1964. Em particular, o fato da sua vitória ter em comum com o golpe de Estado a mobilização de um “fundo regressivo da sociedade brasileira” (Schwarz, 2019).²

O espanto, registrado por analistas (Almeida, 2018, Amaral, 2020, Avritzer, 2020), com a proeza do deputado que viveu sete mandatos isolado na Câmara (Oyama, 2020, pp. 9-11); a incredulidade pelo número de sufrágios obtido por quem teve o topete de homenagear um torturador durante o impeachment de Dilma Rousseff (Oyama, 2020, p. 159); a sensação de terremoto eleitoral (Singer e Venturi, 2019). Tudo parece ser o

² Segundo Schwarz (2019, p. 327), “há bastante em comum entre a vitória eleitoral de Bolsonaro, em 2018, e o golpe de 1964. Nos dois casos, um programa francamente pró-capital mobilizou, para viabilizar-se o fundo regressivo da sociedade brasileira, descontente com os rumos liberais da civilização”.

resultado do súbito deslocamento de placas profundas, cuja sondagem faz parte de pesquisa em curso.³

Um primeiro passo seria nomear o continente submerso que se mexeu, e a palavra que surge é: “direita”. O presente artigo se limitará a examinar dados empíricos associados à ideia de *reativação da direita*, imaginando com isso ajudar a compreensão de aspectos das profundezas nacionais. Antes, contudo, de entrar em matéria, convém colocar o objeto em um arco mais estendido de tempo. A periodização a seguir desenvolve a sugestão de Anderson (2019), segundo a qual a curva do meio século que media entre 1964 e 2018 “forma uma parábola”.⁴ Para a finalidade deste artigo, contudo, abstraímos a história política concreta, as coalizões de classe em jogo e as orientações socioeconômicas dos blocos, salientando somente as linhas de continuidade que se referem às bases ideológicas.

Esquemáticamente, este ciclo de *longue durée* estaria dividido em duas fases. Como se sabe, em 1964 a direita tomou o poder e, durante duas décadas, governou o Brasil por meio de uma ditadura, porém mantendo a realização de eleições periódicas para o Legislativo e parte dos Executivos municipais. Foi isso que permitiu, segundo Lamounier (1990, p. 20), “uma abertura regulada pelo calendário eleitoral”. A direita cultivou, por meio da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e seu sucessor, o PDS (Partido Democrático Social), uma extensa base de massa que nunca deixou de existir, ser competitiva e apoiar o regime enquanto este vigorou (Reis, 2000).⁵

Com a inesperada doença de Tancredo Neves, às vésperas da posse na Presidência da República, em março de 1985, a faixa presidencial voltou a parar no peito de um representante dessa direita, o ex-presidente do PDS, José Sarney. É verdade que Sarney foi obrigado por razões legais a filiar-se ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e este, por meio de Ulysses Guimarães, exerceu larga influência na Nova República. Mas o lado conservador da Aliança Liberal (PMDB + PFL, Partido da Frente

³ Este artigo faz parte de proposta de Projeto Temático, ora em análise pela Fapesp. Escrito no segundo semestre de 2020, analisou o assunto proposto pelo projeto desde o ângulo ideológico.

⁴ No final do seu livro sobre o Brasil, comentando a possibilidade de Bolsonaro sofrer impeachment, Anderson (2019, p. 149) diz, pensando no vice, general Hamilton Mourão, que, “na soma das coisas, essa seria uma aterrissagem ainda mais completa para a parábola de 1964”. Tradução livre do inglês.

⁵ Veja-se este trecho de Reis (2000, p. 302): “Constata-se, inicialmente, algo que poderia parecer surpreendente tratando-se de dados provenientes de capitais que não apenas são conhecidas por sua inclinação oposicionista (...), mas deram efetivamente seus votos majoritariamente à oposição por ocasião das eleições de 1982, quando os dados foram coletados: referimo-nos à alta incidência de opiniões favoráveis à permanência dos militares”.

Liberal, racha do PDS) venceu a mais renhida batalha do Congresso constituinte eleito em 1986, que se deu, justamente, em torno do mandato de cinco anos para Sarney, com a evidente coordenação do presidente. Ainda assim, o caráter ideologicamente híbrido do governo PMDB-PFL poderia ser entendido como de transição, não fosse o inesperado desfecho do mesmo.

Ao término da vilegiatura Sarney, quando se esperava deixar para trás a era da direita no poder, elegeu-se presidente da República outro quadro originário da ARENA, Fernando Collor, prefeito nomeado de Maceió em 1979 e deputado federal pelo PDS de Alagoas em 1982. Articulando denúncias de corrupção e anticomunismo – *mix* típico de 1964 – Collor deixou no chinelo a opção centrista de Ulysses Guimarães, assim como Bolsonaro superaria de longe Geraldo Alckmin, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), três décadas mais tarde. No segundo turno de 1989, aumentando o tom do antiesquerdismo, Collor venceu Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (Partido dos Trabalhadores). Em retrospectiva, vê-se que apenas quando houve o impeachment, em 1992, a cadeira presidencial escapou das mãos da direita.

Findou aí uma etapa em que a potência da direita era óbvia. Tome-se, a título de ilustração, a trajetória do ex-ministro Jorge Bornhausen. O político catarinense passou da UDN (União Democrática Nacional, a veneranda sigla da direita pré-1964) para a ARENA, e desta para o PFL, sempre próximo ao núcleo do governo federal, tendo atuado, por fim, como chefe da Casa Civil de Collor. Bornhausen esteve para Collor, como a UDN estivera para o antecessor histórico deste: Jânio Quadros. Os udenistas viram o poder escapar-lhes por entre os dedos mercuriais de dois presidentes legitimamente eleitos. Mas nunca desistiram do sonho de afastar, pelas armas ou pelo voto, o campo popular do pódio. Não por acaso, o ex-ministro foi o autor da frase, depois do escândalo do mensalão, em 2005, segundo a qual, estaria “encantado, porque estaremos livres dessa raça pelos próximos trinta anos.”⁶ Será que não pensou, consigo mesmo, que a esquerda ficaria fora do jogo por *novos* trinta anos?

Com a posse do vice de Collor, Itamar Franco – um dos políticos regionais catapultados à esfera nacional pela reviravolta emedebista de 1974, quando a oposição

⁶ Em artigo publicado pela Folha de S. Paulo, em 29/09/2005, Bornhausen alegou ter dito a frase em resposta a uma pergunta anônima que lhe foi endereçada numa palestra. No artigo, Bornhausen argumenta ter desejado se referir aos “malfeitores da política”. Em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2909200509.htm>, acessado: 05/12/2020.

começou a vencer em Estados-chave -- houve, finalmente, a transição para a segunda fase, inaugurada com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, em 1994. A presidência de Cardoso, professor universitário cassado pela ditadura, representou o começo do período em que a *direita ficou excluída do jogo decisivo*. Embora o PFL tenha participado dos mandatos tucanos, ocupando até a vice-presidência, com Marco Maciel, o fez em posição subordinada.

A presença de setores da direita em governos dos campos de centro e esquerda é da tradição brasileira. O próprio Bornhausen rompeu com o PFL em 2011, aderindo ao PSD (sigla criada para integrar o governo de Dilma Rousseff), sem falar na entrada do PP, sucessor do PDS, na administração Lula em 2005.⁷ O que distingue a fase 1994-2014 é o fato de a direita ter deixado de ser competitiva nas eleições para a Presidência da República, que corresponde à série A do campeonato político, em que as ideologias são submetidas ao crivo de um colégio eleitoral nacionalizado.⁸

Até o final de 1993, um dos principais líderes do PFL, Antônio Carlos Magalhães, “acreditava existir espaço para uma candidatura de direita” (Suassuna e Novaes, 1994, p. 17). De fato, no início daquele ano, Paulo Maluf estava em segundo lugar nas intenções de voto para presidente. Mas apesar de insistir numa fórmula de unidade com o PFL, o ex-governador paulista encontrou resistências no partido de ACM, talvez derivadas de pesquisas que indicavam o desejo dos eleitores por um candidato “moderado” (Dimenstein e Souza, 1994, p. 157). Segundo Suassuna e Novaes, Fernando Henrique considerava que o esfriamento da direita ocorreria com a decisão do PFL de aliar-se aos tucanos: “No momento em que eles vieram para o PSDB, esvaziaram a candidatura Maluf” (Cardoso, apud Suassuna e Novaes, 1994, p. 19).

Mesmo com a direita dividida, Espiridião Amin, ex-governador de Santa Catarina, foi candidato à Presidência da República pelo Partido Progressista Reformador (PPR), sigla sucessora do antigo PDS, em 1994, obtendo 3% dos votos válidos. Somado aos 7% recebidos por Enéas Carneiro, do PRONA (Partido de Reedificação da Ordem Nacional), a direita ficaria perto dos 9% que Maluf conseguira em 1989. A direita se separara, e o grosso de sua votação fora para Cardoso. Desde então, as siglas sucessoras do PSD

⁷ Depois de abandonar a sigla PDS, a agremiação da ditadura passou por outras três denominações até adquirir a atual: Partido Progressista Reformador (PPR), Partido Progressista Brasileiro (PPB), Partido Progressista (PP) e, finalmente, Progressistas.

⁸ Houve candidatos conservadores a presidente da República entre 1994 e 2014, como Enéas Carneiro, Espiridião Amin, Luciano Bivar, Levy Fidelix e Pastor Everaldo, mas nenhum deles se mostrou competitivo. O que se saiu melhor foi Enéas, que angariou 7% dos votos válidos em 1994.

desistiram de concorrer e a etapa 1994-2018 foi dominada por opositores de 1964 e da direita, partidos originalmente do campo da esquerda, sendo que um deles, o PSDB, deslocou-se para o centro no curso da transição presidida por Itamar.

Nascido na centro-esquerda, o lugar do PSDB no quadro partidário pós-1988 é objeto de legítima controvérsia. Mas considerando-se que as posições no contínuo esquerda-direita são sempre relacionais, é razoável pensar que o tucanato tenha ocupado uma região centrista do espectro, tendo o PFL-PP à sua direita e o bloco PT-PSB-PDT-PC do B-PSOL à esquerda. Isto tornaria menos errática a oscilação do tucanato entre a centro-esquerda e a centro-direita. O problema é que o falso desaparecimento da direita, até 2018, criou uma imagem distorcida, dificultando a localização do PSDB no que parecia ser um vácuo conservador.

A morte de Luís Eduardo Magalhães em 1998, aos 43 anos de idade, contribuiu para esse obscurecimento, pois havia a possibilidade de que Fernando Henrique fizesse do líder pefelista o candidato a presidente do bloco no poder em 2002. Com a morte do filho de ACM, Roseana Sarney tentou sem sucesso se apresentar pelo PFL, o qual acabou por apoiar, informalmente, Ciro Gomes, quadro localizado na centro-esquerda, no primeiro turno de 2002. O PPB permaneceu oficialmente neutro. No segundo turno, ambos, PFL e PPB, apoiaram José Serra, do PSDB. Como se sabe, Lula venceu aquele pleito, colocando no Planalto uma coalizão à esquerda do centro, incorporando ao ministério personagens como o próprio Gomes. Mas tal composição mudaria de 2005 em diante e o lulismo promoveria uma sistemática despolarização ideológica, com reflexo nas pesquisas a partir de 2006, como veremos nas próximas seções deste artigo. Vale recordar que com o realinhamento de 2006 a base da pirâmide, genericamente medida por renda familiar de até dois salários mínimos, teria se identificado com o lulismo, ao passo que o eleitorado de classe média teria se agrupado em torno do PSDB (Singer, 2012, p. 15).⁹

Nas eleições presidenciais vencidas por PSDB e PT, a direita saiu do foco, parte dela, inclusive, afastando-se da máquina federal.¹⁰ Tal situação atrapalhou as análises,

⁹ As eleições de 2010 e 2014 confirmaram a tese do realinhamento, enquanto a de 2018 provocou um deslocamento da classe média para a direita, interferindo sobre a votação do PSDB.

¹⁰ Entre 2003 e 2016, o PFL, cuja sigla mudaria para DEM em 2007, ficou fora do governo federal, voltando quando Michel Temer assumiu a Presidência. A cisão ocorrida no DEM em 2011, com o surgimento do PSD (Partido Social Democrático), expressou as dificuldades desse longo jejum de poder, ocasionado pela oposição pefelista ao lulismo.

sendo que, na confusão, perdeu-se de vista, além das predisposições latentes no eleitorado, o papel dos militares. Com a volta destes à política, em 2017, viu-se o quanto estão associados a momentos de ascensão da direita. O lugar das Forças Armadas foi obscurecido pela mesma luz ofuscante que dificultou a percepção da identificação ideológica com que a direita seguia contando.

Quando Bolsonaro, cuja carreira parlamentar havia se desenvolvido em boa parte nas siglas sucessoras da antiga ARENA, foi eleito presidente da República, e a direita reentrou na Série A, tornou-se claro que ela era a camada profunda que ficara fora do sismógrafo. Encerrava-se, então, o ciclo iniciado em 1964, com a direita outra vez misturando o baralho e dando as cartas. O fortalecimento dos partidos de direita como o Progressistas, o DEM, o PSD e o Republicanos na eleição municipal de 2020 (Rennó, 2020, Lichotte, 2020), confirma esta interpretação.

Este artigo, que se divide em duas seções, além da Introdução e da Conclusão, visa, na primeira, discutir dados que testam as hipóteses de persistência da direita no eleitorado e, na segunda, um aspecto do seu adormecimento entre 2006 e 2014. Cabe assinalar, desde já, algumas lacunas que este texto não poderá preencher. O rol específico de uma *nova direita*, com visíveis conexões internacionais, no processo de reativação do direito, por exemplo, precisará esperar oportunidade posterior.¹¹ O objetivo será discutir a *reativação* da direita no plano estrutural, o que implica abstrair fatores conjunturais decisivos.¹²

Também não será esta a ocasião para voltar ao problema da compreensão dos termos esquerda e direita e o quanto a autoclassificação ideológica ajuda a entender o comportamento político no Brasil, o qual requereria artigo específico.¹³ Cabe assinalar, contudo, que, de acordo com trabalho recente, estaria “em curso o crescimento da influência da ideologia sobre o comportamento político” no Brasil e seria “difícil explicar a decisão do eleitor em 2018 sem considerar a sua reação às posições e propostas eleitorais da direita” (Fuks e Marques, 2020, pp. 401 e 418). Além disso, os eleitores que não se localizam na escala, cujas oscilações foram importantes ao longo destas três décadas, serão tratados na segunda seção deste artigo.

¹¹ O mesmo vale para as conexões evangélicas e com a segurança pública existentes na candidatura Bolsonaro.

¹² Sobre alguns aspectos conjunturais da eleição de Bolsonaro, ver Singer e Venturi (2019).

¹³ Ver um bom apanhado desse debate em Pereira (2020).

Em suma, sem discutir aqui se a identificação ideológica teve maior ou menor peso nas oito eleições presidenciais pós-redemocratização, quer-se mostrar, na verdade, que a *predisposição* à direita é um fator de longo prazo, o qual merece ser levado em consideração, junto com outros, na compreensão do fenômeno Bolsonaro. Da mesma maneira, a possível desativação do direito a partir do realinhamento de 2006, deseja contribuir para a ideia de *reativação*.

A tarefa é circunscrita, portanto, à discussão de duas hipóteses. A primeira é que após 1993, o eleitorado brasileiro continuou a se inclinar para a direita, conforme o sugerido por Singer com base em pesquisas até aquela data (2000).¹⁴ A segunda é que o lulismo teria desativado essa predisposição conservadora entre 2006 e 2014. Por isso, faria sentido pensar que Bolsonaro contribuiu para *reativar* posições adormecidas, mas não extintas, consoante o achado de Amaral (2020, p. 9). Amaral (2020) revelou que o posicionamento à direita aumentava as chances de voto no candidato vitorioso, assim como Singer (2000, p. 83) mostrara que posicionar-se à direita favorecia o sufrágio em Collor.¹⁵

A *ativação* de predisposições de longo prazo é um conceito bem estabelecido nos estudos de comportamento eleitoral. Em *The people's choice*, Paul Lazarsfeld et alii (1960, edição original 1944) dizem que o objetivo de qualquer campanha é ativar predisposições já existentes. Na eleição presidencial norte-americana de 1940, por exemplo, os cidadãos de baixa renda e fé católica tendiam a votar no candidato democrata (Franklin Roosevelt), e os de alta renda e fé protestante, no republicano (Wendell Willkie), *antes* de começada a campanha. Mas esta precisou ativar as predisposições dos respectivos públicos, sem que eles mesmos tivessem consciência delas.

Segundo Lazarsfeld, tal como os sonhos na teoria psicanalítica, *a campanha transforma tendências latentes em conteúdos manifestos*. Dentre as latências estão as identidades ideológicas que, no caso norte-americano, variam no contínuo liberal-conservador e, no Brasil, esquerda-direita. Em tese, os eleitores de direita tenderão a votar em candidatos de direita, assim como os de esquerda o farão em candidatos de esquerda

¹⁴ Segundo Singer (2000, p. 163), “verificou-se que a distribuição dos eleitores brasileiros na escala permaneceu estável entre 1989 e 1993”, com um público que convergia “para o centro e mais inclinado para a direita do que para a esquerda”.

¹⁵ Segundo Amaral (2020, p. 9), análise multivariada permitiu observar que “a autolocalização ideológica foi um bom preditor do voto para presidente em 2018”. Para Singer (2000, p. 162), “a identificação ideológica foi o melhor preditor do voto no pleito de 1989 para grande parte do eleitorado”.

e os de centro, nos de centro, *desde que as campanhas ativem as respectivas predisposições*.

Diz, também, a teoria (Miller e Shanks, 1996) que existem diversas predisposições simultâneas, atuando como pressões cruzadas (Lipset, 1967), sendo a ideológica *uma* delas. Os partidos optam por ativar algumas, mantendo outras “desligadas”, a depender das circunstâncias. Além da identificação ideológica, a identificação partidária, o gênero, a idade, a renda, a região em que vive, a religião que professa, a avaliação do governo, a eficácia de determinadas políticas públicas, entre outras variáveis, predispõe o eleitor a determinados comportamentos. Durante a campanha, em que no final a decisão do voto é conscientemente tomada, algumas predisposições serão “ligadas”, outras, arquivadas.

A segunda hipótese é que entre 2006 e 2014, o lulismo teria produzido um efeito desativador das predisposições à direita, contrariando repetidas afirmações no debate público corrente, segundo as quais o PT seria responsável por uma divisão ideológica do país. Por meio da análise de dados do Eseb (Estudo Eleitoral Brasileiro), buscar-se-á sinais de arrefecimento das posições polares no período em que prevaleceu o realinhamento lulista.

A permanência da direita

As pesquisas do Datafolha sobre ideologia começam em 1989 e prosseguem até 1993, mas aí se interrompem, voltando a indagar a autolocalização no espectro apenas em 2000. A pergunta é, então, repetida em 2003 e nos pleitos de 2006 e 2010. Após um segundo hiato, o instituto retorna ao tema em *surveys* de 2016, 2017 e 2019. A série encontra-se no Quadro 1.¹⁶ Nele, se tem uma visão panorâmica das predisposições ideológicas no Brasil.¹⁷ Os levantamentos do Eseb, realizados após as eleições de 2002,

¹⁶ Excluímos do Quadro 1 a pesquisa de setembro de 1989, pois estava muito próxima no tempo, e os resultados eram semelhantes, à de 1990. Deixamos, também, de lado o *survey* de 1993, por utilizar a escala de onze e não sete pontos. Descartamos, igualmente, *surveys* de 2013 e 2014 que usaram uma bateria de perguntas substantivas para classificar a orientação ideológica do eleitor e não a escala de autolocalização.

¹⁷ Nas oito pesquisas do Datafolha que constam do Quadro 1 foram utilizadas amostras nacionais estratificadas por sexo, idade e porte do município, com sorteios aleatórios sucessivos. De acordo com Rodrigo Vasquez, Coordenador de Pesquisas de Opinião do Datafolha, em um primeiro estágio foram sorteados os municípios que fizeram parte do levantamento. Em seguida, sorteados os bairros e pontos de fluxo. No último estágio, os entrevistados foram escolhidos aleatoriamente de acordo com as cotas de sexo e faixa etária. Os *surveys* foram realizados em 3 e 4 de março de 1990 (2.480 casos); 19 e 20 de junho de 2000 (11.524 casos); 31 de março e 1 de abril de 2003 (5.727 casos); 7 e 8 de agosto de 2006 (6.969 casos); 20 e 21 de maio de 2010 (2.660 casos); 7 e 8 de dezembro de 2016 (2.828 casos); 21 a 23 de junho de 2017

2014 e 2018 (além de 2006 e 2010, como o Datafolha), fornecem ângulo complementar e serão vistos na próxima seção.

Quadro 1 – Autolocalização no espectro ideológico, 1990-2019 (em %)

	1990	2000	2003	2006	2010	2016	2017	2019
Esquerda	14	18	16	15	12	15	13	17
Centro-esquerda	10	10	11	7	8	11	9	9
Centro	18	16	16	17	17	24	29	24
Centro-direita	15	11	13	10	13	11	10	12
Direita	28	26	28	25	24	20	26	28
Não sabe	15	19	16	25	25	19	14	9
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100
BASE	2340	11298	5701	6884	2623	2828	2771	2948

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Datafolha. Foram desconsideradas “outras respostas”, “não respondeu” e, no survey de 1990, a categoria “nenhum/neutro/independente”. Por isso, as bases efetivamente levadas em consideração são as que constam na última linha do quadro. Usou-se um cartão de sete pontos (ver Nota 18). Os entrevistados que optaram pelas posições 1 e 2 foram agrupados sob a denominação “esquerda”; o mesmo procedimento se aplicou às posições 6 e 7, chamando-a de “direita”; as demais opções ficaram individualizadas: a 3 foi denominada “centro-esquerda”, a 5, de “centro-direita” e o quadro central (4), de “centro”.

O traço saliente do Quadro 1 é a estabilidade.¹⁸ Pouco mudou em três décadas. Nelas, a direita se destaca, seguida à distância pelo centro, que a supera, embora dentro da margem de erro, apenas em 2016 e 2017. Parece uma exceção que confirma a regra. Em geral, o centro, a esquerda, a centro-direita e a centro-esquerda se enfileiram em quantidades de preferências relativamente próximas entre si e afastadas da direita.

(2.771 casos); e 4 e 5 de dezembro de 2019 (2.948 casos). A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos. Agradecemos ao Diretor de Pesquisas do Datafolha, Alessandro Janoni, pelas informações e acesso a dados.

¹⁸ Solicitou-se aos entrevistados que se autoposicionassem numa escala de sete pontos. A pergunta foi formulada nos seguintes termos: “Como você sabe, muita gente, quando pensa em política utiliza os termos esquerda e direita. No quadro que aparece neste cartão, em que posição política você se colocaria, sendo que a posição um é o máximo à esquerda e a posição sete é o máximo à direita?” O entrevistado indicou uma das sete posições no cartão que lhe foi fornecido pelo entrevistador.

Com alguma lente de aumento, poder-se-ia hierarquizar o segundo nível, indicando que, afora a direita, a posição de centro se encontra um pouco acima da esquerda, a qual, por sua vez, está algo à frente da centro-direita; a centro-direita, por fim, dispõe de pequena vantagem em relação à centro-esquerda, a última colocada. Entretanto, como as distâncias de uma para a vizinha são, por vezes, estreitas e oscilantes, talvez conviesse simplesmente afirmar que variam, *grosso modo*, entre um décimo e um quinto do eleitorado. A direita, com cerca de um quarto das identificações (exceto em 2016), se descola do resto.

Para usar expressão de Lamounier (1980, p. 15) em outro contexto, os números refletem “alinhamentos extraordinariamente estáveis”. A direita reúne a maior quantidade relativa de adesões em 1990, 2000, 2010 e 2019, tomando os finais de década como marcos orientadores. Trata-se quase sempre da posição preferida da maioria, ainda que não da maioria absoluta (questão que será tratada a seguir, quando analisarmos o Gráfico 1). Após campanhas presidenciais polarizadas, como as de 1989 e 2018, a identificação direitista se aproxima de 30%. A esquerda, por seu turno, se avizinha dos 20%. Na maior parte do tempo, a direita abre ao menos dez pontos percentuais de vantagem sobre a esquerda.

Desde esse ponto de vista, os eleitores com predisposição à direita constituíram uma massa silenciosa quando não havia candidatos presidenciais conservadores competitivos. Traduzindo: enquanto unicamente partidos dos campos de centro e de esquerda disputavam a Presidência da República com chance de vitória, uma fatia expressiva do eleitorado encontrava-se disponível para a propaganda direitista. As manifestações de junho de 2013, a Operação Lava Jato em 2014 e a débâcle econômica a partir de 2015 parecem ter fornecido a oportunidade que faltava. A campanha do impeachment em 2016 e a de Bolsonaro em 2018, portanto, semearam em terreno fértil.

Em resumo, depois do impeachment de Collor, o eleitorado continuou a se inclinar para a direita, como o demonstra o ponto médio dos posicionamentos, calculado sobre a escala de um a sete: 4,5 em 1990; 4,4 em 2000; 4,7 em 2003, 2006 e 2010; 4,2 em 2016; 4,1 em 2017; e 4,3 em 2019.¹⁹ Como se vê, consistentemente à destra do centro.

¹⁹ Os cálculos para 2000, 2003, 2006 e 2010 são do Datafolha, em http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/posicao_politica_31052010.pdf, acessado em 21/12/2020; para 2016, cálculo também do Datafolha, em

Confirma-se, assim, a primeira hipótese do artigo, segundo a qual a realidade vislumbrada na eleição em 1989 fazia parte de uma estrutura.

Houve mudança de padrão apenas com a aderência ao centro, entre 2016 e 2019, de mais 7% a 9% dos eleitores, levando essa posição ao patamar da direita. Ocorreu, igualmente, nesse triênio, uma significativa redução dos que não sabiam se posicionar, os quais caíram de 25% em 2010 para 9% em 2019. Nunca se viu tantos entrevistados dispostos a escolher uma localização no espectro como ao redor de 2018, o que será confirmado pela série do Eseb retratada no Gráfico 2 (ver abaixo).

Este último, contudo, é um efeito típico da polarização política, ao passo que o aumento das predisposições ao centro não seria de se esperar, tendo em vista, inclusive, o péssimo resultado obtido pelo candidato centrista, Geraldo Alckmin, em 2018 (o que suscita o problema de saber até que ponto o/a candidato/a de determinado campo mobiliza o seu próprio eleitorado). Tampouco é simples entender a queda da direita em 2016, quando os sinais de superfície já eram de direitização do país.²⁰ Para buscar respostas, todavia, será necessário submeter os resultados a cruzamentos que fogem ao escopo deste artigo.

A título de conjectura, destinada a investigações posteriores, o incremento centrista pode ter sido uma resposta à polarização. Com essa atitude, eleitores buscariam uma localização neutra, representada pela casa central do espectro. O centro como refúgio de quem não quer ou não consegue tomar partido em favor de um dos antagonistas num contexto radical, aparece como possibilidade na literatura de comportamento político (Kroh, 2005; Oliveira e Turgeon, 2015, p. 7).

Independentemente do que ocorreu em 2016-2019, é mister considerar que, em condições normais, somadas as posições de centro-esquerda e centro-direita ao contingente centrista expresso no Quadro 1, cerca de metade do eleitorado convergiria para o centro. Restaria, nessas circunstâncias, à outra metade dividir-se entre três opções: a esquerda, a direita ou não tomar posição. Com isso, cada um dos polos ficaria minoritário, forçando-os a se moderar na busca de eleitores centristas para ganhar as eleições.

<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2016/12/12/365661899be339ab4a3e8abb685858796fba9f71.pdf>, acessado em 21/12/2020; para 1990, 2017 e 2019 houve elaboração própria.

²⁰ Note-se, contudo, que as preferências à direita voltam a subir em 2017, indo para 23%, e, sobretudo, em 2019, quando chegam a 28%, e as adesões ao centro caem. Deve-se ter em mente, também, a margem de erro, em função da qual variações próximas de quatro pontos percentuais precisam ser relativizadas.

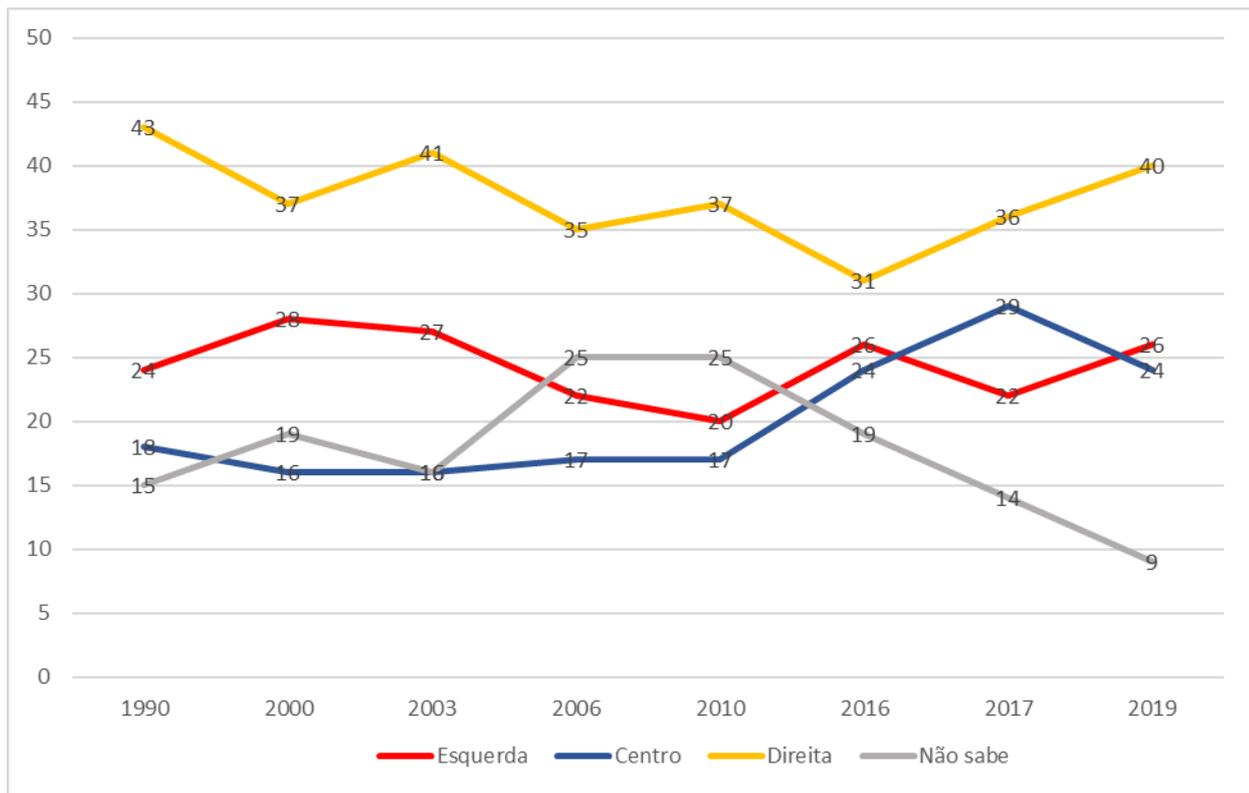
De certa maneira, foi o que aconteceu com a esquerda entre 1994 e 2014, sendo que a direita desistiu de ter candidato próprio. *Em tese*, desconsiderados outros fatores intervenientes, interessaria à direita, portadora de predisposições com virtualidades majoritárias, interromper a dinâmica centrípeta, o contrário valendo para a esquerda. Salvo melhor juízo, esta é uma consequência *abstracta* da estrutura de preferências desenhada pelo Quadro 1.²¹

Paradoxalmente, a polarização provocada pela direita, a despeito dos problemas que tem causado à democracia, resulta num efeito politizador, expresso no aumento de eleitores que se posiciona.²² É natural que, quando termos como direita e esquerda voltam a circular, as predisposições ideológicas sejam ativadas como um todo. Estas, como vimos, são, na maioria, direitistas, porém ocasionam reações à esquerda e, também, ao centro. Se olharmos para os “campos” ideológicos, como se faz no Gráfico 1, essa dinâmica fica clara.

²¹ Não há aqui, por certo, qualquer recomendação de ordem normativa, apenas a análise dos dados colhidos. Além disso, vantagem eleitoral não significa, necessariamente, vantagem política, mas, em condições democráticas, será sempre levada em conta pelos estrategistas.

²² Seguindo outros caminhos, Fuks e Marques (2020) chegam a conclusões parecidas.

Gráfico 1 – Autolocalização em campos ideológicos (escala de sete pontos), 1990-2019 (em %)



Fonte: Elaboração do autor sobre dados do Datafolha.

No Gráfico 1, soma-se a centro-esquerda à esquerda e a centro-direita à direita, formando *campos* à esquerda e à direita do centro. O campo do centro é melhor observado nas pesquisas Eseb (Gráfico 2), as quais, por utilizar uma escala com maior quantidade de pontos intermediários, dão maior equivalência ao centro em relação aos campos de direita e de esquerda. Daí a conveniência de se examinar os dois gráficos de maneira conexa. Os campos são construtos teóricos, que podem se realizar (ou não) à medida que os eleitores são atraídos para os polos. A utilidade desta agregação consiste em observar o que pode acontecer em situações polarizadas.

O Gráfico 1 evidencia, outra vez, a superioridade numérica da direita sobre os demais campos. O mesmo é registrado pelo Gráfico 2. É interessante destacar, na cronologia dilatada do Gráfico 1, o que aparece de modo concentrado no 2, a saber, a alternância de fases em que a polarização leva o campo da direita para perto da maioria absoluta. Por exemplo, logo após a campanha de 2018, o setor direitista atingirá 45% das preferências (Gráfico 2).

Isso explicaria as apostas de Collor e Bolsonaro. Como candidatos de uma área cuja unificação permite vencer em segundo turno, os líderes conservadores procedem a uma permanente agitação, voltada para manter a centro-direita soldada ao bloco conservador. Afinal, ter um “inimigo” que representa ameaças, aumenta as chances de unidade. Daí, em 1989, ter-se espalhado que Lula obrigaria famílias ao compartilhamento de moradias e, em 2018, que o PT promoveria a venezuelização do Brasil. Se deixarem a tensão relaxar, os chefes conservadores correm o risco de ver os eleitores de centro-direita migrarem para uma aliança de centro.

Essa dinâmica pode ajudar a entender o percurso de Bolsonaro entre 2018 e 2020. Repita-se: não se pretende afirmar que as coisas se deram como será descrito a seguir. Apenas que a suposta movimentação ideológica deve ser levada em conta como um dos componentes dos acontecimentos concretos.

Havendo chegado ao final do primeiro turno com 36% das intenções de voto²³, o então candidato do PSL (Partido Social Liberal) precisava atrair a centro-direita para garantir a maioria absoluta no segundo turno. A retórica de unidade antipetista teria exercido essa função. Às vésperas do pleito final, com 48% das intenções de voto (pouco mais do que o Eseb indicaria ser a predisposição do campo da direita), Bolsonaro obteve 55% dos sufrágios válidos, *sem precisar de uma negociação com o centro*.²⁴

Poder-se-ia imaginar que, após cem dias de mandato, em abril de 2019, o novo presidente perdera parte do apoio recebido no segundo turno, uma vez que aprovado por apenas 32% dos eleitores.²⁵ Teria ele retido o suporte da direita, deixando a centro-direita escapar? Difícil saber. Entretanto, uma cogitação a ser considerada.

²³ Pesquisa Datafolha realizada com 19.536 eleitores entre 5 e 6 de outubro de 2018.

²⁴ Pesquisa Datafolha realizada com 9.173 eleitores em 24 e 25 de outubro de 2018.

²⁵ Pesquisa Datafolha realizada com 2.086 eleitores em 2 e 3 de abril de 2019.

No segundo semestre de 2020, quando este artigo foi redigido, Bolsonaro havia ampliado para 37% o índice de ótimo e bom do seu governo graças ao auxílio emergencial distribuído durante a pandemia.²⁶ De acordo com a *Folha de S. Paulo*, era “a pior avaliação em primeiro mandato desde 1985, com a exceção de Fernando Collor.”²⁷ A situação, contudo, pode ser menos desconfortável do que parece, pois Bolsonaro, como Collor, joga na polarização e não na conquista do centro. Governa apenas com a direita, na esperança de que em 2022, a centro-direita, sem opção, seja novamente obrigada a sufragar seu nome contra o fantasma lulista. Se assim for, o presidente seguiria competitivo.

O que a direita não pode permitir é o surgimento de uma alternativa para a centro-direita que a afaste do bloco direitista, razão pela qual Bolsonaro vigia de perto os passos do governador de São Paulo, João Dória, do PSDB.²⁸ O problema para Doria, assim como para o espectro ao centro, por outro lado, é saber se a massa de eleitores predispostos à direita, agora ativada pela retórica antiesquerdista, estaria disposta a uma opção mais moderada.²⁹

A desativação da direita

Chegou a hora de utilizarmos o Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) para avaliar a eventual ocorrência de uma desativação da direita no período do realinhamento lulista (2006-2014).³⁰ A série agora em pauta é complementar à do Quadro 1, uma vez que

²⁶ Folha de S. Paulo, 14/12/2020, p. A4.

²⁷ Idem, primeira página.

²⁸ Estamos supondo, aqui, que o deslocamento da centro-direita, depois que Bolsonaro perdeu o apoio recebido para o segundo turno, se manterá até 2022.

²⁹ A posição de João Doria é particularmente complexa. Filiado a um partido que oscilou entre a centro-esquerda e a centro-direita, o governador de São Paulo, cuja carreira meteórica dificulta um diagnóstico preciso, aproximou-se muito do bolsonarismo, isto é, da direita, em 2018. Talvez sentindo o espaço aberto por Bolsonaro na centro-direita a partir de 2019, movimentou-se nessa direção, confrontando-se com o presidente em torno da gestão da pandemia. Só os acontecimentos de 2021 e 2022 poderão dizer onde ele irá se fixar.

³⁰ O Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb) é vinculado ao Comparative Study of Electoral Systems (CSES), dirigido pela Universidade de Michigan (Oliveira e Turgeon, 2015). Começou a operar em 2002 e fez cinco *surveys* pós-eleitorais em anos de escolha presidencial, incluindo nelas uma pergunta sobre a autoorientação ideológica do eleitor, sempre com a participação do Centro de Estudos de Opinião Pública (Cesop) da Unicamp. O Eseb utiliza amostras nacionais representativas, estratificadas por região, com três estágios sucessivos de seleção: município (na maioria das vezes utilizando o método PPT, Probabilidade Proporcional ao Tamanho), setor censitário e entrevistado por cotas de sexo, idade e escolaridade, entre outros critérios. Há pequenas variações metodológicas (que podem ser acessadas no Banco de Dados do Cesop), de acordo com a instituição executora de cada *survey*: o de 31 de outubro a 28 de dezembro de 2002 (2.513 casos, margem de erro de 2%), ficou a cargo do DataUFF e do Cesop (Carreirão, 2006, p. 309);

permite relacionar o autopoicionamento no espectro ao voto para presidente, como fez o citado trabalho de Amaral (2020). Embora este artigo não discuta a influência da identificação ideológica sobre o sufrágio, é importante para o argumento da reativação verificar o que aconteceu nos anos eleitorais, pois, de acordo com o mencionado na Introdução deste artigo, as campanhas são as principais fontes ativadoras das predisposições dos eleitores.

Os levantamentos do Datafolha e do Eseb apresentam diferenças metodológicas que não eliminam a possibilidade de comparação, mas requerem qualificações. Para começar, o Eseb utiliza uma escala de onze (zero a dez) e não sete pontos. Conquanto o assunto seja discutível, há indícios de que a quantidade de opções possa interferir no resultado, sobretudo quando o eleitor tem pouco domínio a respeito da matéria tratada. Isto é, se o tema inquirido envolve dificuldades cognitivas, um leque reduzido de alternativas favorece a resposta, por simplificar o trabalho do entrevistado, ao passo que a escala ampliada aumenta a resistência em responder. Nesse quesito, o Eseb é mais exigente que o Datafolha, ainda que o contínuo de sete pontos não seja absolutamente simples, lembrando que a escala mais utilizada em estudos de opinião contém cinco pontos, admitindo-se, também, o uso de três. A vantagem das gradações alongadas, de outra parte, é abrir espaço para os entrevistados expressarem gostos intermediários.

Em segundo lugar, o Datafolha supõe, ainda que sutilmente, que o entrevistado conhece as categorias ideológicas, afirmando que “como *você sabe*, muita gente, quando pensa em política utiliza os termos esquerda e direita” (*grifo nosso*. Ver Nota 11). O Eseb formula a frase introdutória de outra maneira, dizendo que “na política as pessoas falam muito de direita e esquerda” e, na sequência, solicita que o eleitor se autocalize: “O que o (a) Sr (a) se considera? Zero significa que o (a) Sr (a) é de esquerda e 10 que o (a) Sr (a) é de direita”.³¹ Sem forçar a mão, poder-se-ia supor que

o de 17 a 27 de dezembro de 2006 (1.000 casos, margem de erro de 3,2%), esteve a cuidados do IPSOS e do Cesop (Carreirão, 2006, p. 309); o de 4 de novembro de 2010 (2.000 casos, margem de erro 2,2%), do Vox Populi; o de 8 de Novembro de 2014 (3.136 casos, margem de erro de 2%), do Ibope; o de 10 a 24 de Novembro de 2018 (2.500 casos, margem de erro de 2%), também do Ibope. Agradecemos a Oswaldo E. Amaral e Rosilene Gelape pelo auxílio no acesso aos dados do Eseb.

³¹ Tanto no Datafolha quanto no Eseb, o entrevistado recebe um cartão (de sete ou onze pontos) em que deve indicar o lugar com o qual mais se identifica. No Eseb 2002, realizou-se um *split* e metade da amostra recebeu um cartão no qual Zero era direita e 10 era esquerda. Para manter a comparabilidade, utilizaram-se aqui os dados referentes apenas à metade da amostra que recebeu o cartão na ordem dos anos subsequentes. Isso significa que, para 2002, deve ser considerada uma amostra de 1.256 casos.

o fraseado do Datafolha inibe um pouco a resposta “não sei”, enquanto o Eseb deixa o entrevistado mais à vontade.

Em terceiro, nos questionários do Eseb, o tema da localização no espectro surge de início como uma pergunta em que se requer ao entrevistado que localize os *partidos* na escala esquerda-direita.³² Apenas depois será pedido ao próprio respondente que se posicione. Como é possível que o eleitor tenha mais dificuldade para situar os partidos do que para dizer onde ele mesmo se encontra, sobretudo quando as agremiações alteram a sua localização relativa no espaço ideológico, isso poderia induzir o entrevistado a adotar, desde o início, uma postura de ignorância, a ser repetida toda vez que a questão fosse formulada.

Por fim, e coerentemente às características anteriores, o Eseb está mais preparado do que o Datafolha para acolher os que não sabem se autolocalizar. Há nos seus questionários um espaço específico para o entrevistador assinalar tal dificuldade. Em 2002 e 2006, havia um local reservado para registrar se o entrevistado declarava não saber “o que é ser de esquerda e direita”. Em 2010, deixava-se um lugar para dizer se o entrevistado não sabia “o que é direita ou esquerda”. Nos de 2014 e 2018, foram deixados *dois* espaços: um para assinalar se o respondente “não sabe o que é esquerda e direita” e outro para registrar se ele “não sabe se é de esquerda ou direita”. Nada disso existe nos formulários do Datafolha. Caberia cogitar em que medida a postura do entrevistador do Eseb, talvez mais propensa a considerar que o entrevistado não sabia o que era esquerda e direita, facilitou a negativa dos entrevistados se posicionarem.

Seja como for, as duas metodologias possuem suporte técnico adequado, mas quiçá produzam resultados algo dessemelhantes. As opções do Datafolha soam mais talhadas para captar o que a literatura chama de “intuição ideológica”, isto é, a percepção pouco consciente do eleitor que tem dificuldade para manejar os conceitos de esquerda e

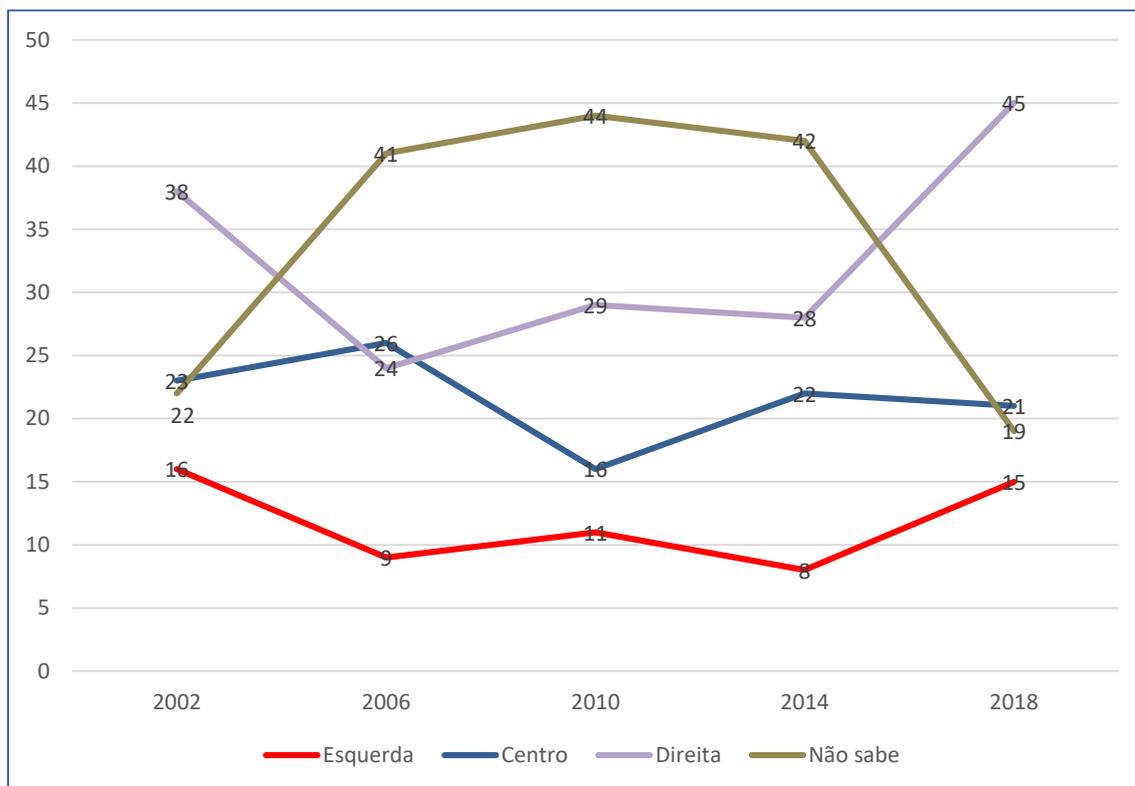
³² No *survey* de 2002, a pergunta 41, que introduz o tema da ideologia, estava formulada da seguinte maneira: “Na política as pessoas falam muito de esquerda e de direita. Gostaria que o (a) Sr (a) usasse um número de ZERO a 10 para dizer se o partido político que eu vou dizer é de esquerda ou de direita. ZERO significa que o partido é de esquerda e 10 que é de direita”. O pedido de autolocalização surgirá apenas na pergunta 50, nos seguintes termos: “Novamente pensando em esquerda e direita na política. O que o (a) Sr (a) se considera? Zero significa que o (a) Sr (a) é de esquerda e 10 que o (a) Sr (a) é de direita”. Em 2006 e 2010, a pergunta que solicitava a localização ideológica dos partidos era sucedida por uma que pedia a localização ideológica de alguns políticos, antes de requerer a localização do próprio entrevistado. Por fim, nas pesquisas de 2014 e 2018 à pergunta sobre os partidos seguia a referente ao próprio entrevistado, sem nada no meio.

direita, mas sabe indicar o ponto no espectro que corresponde ao seu sentimento político (Singer, 2000). Em contrapartida, o Eseb talvez seja particularmente sensível para perceber a desativação das predisposições ideológicas, situações que estimulam os eleitores a não se localizarem na escala.

Além dessas possíveis discrepâncias, Datafolha e Eseb referem-se de maneira diversa à ordenação dos pontos intermediários. No Datafolha os pontos um e sete são chamados de “máximos” (a posição um é o *máximo* à esquerda; a posição sete é o *máximo* à direita), ou seja, conota uma gradação de radicalismo. No Eseb, informa-se apenas que os pontos zero e dez correspondem, respectivamente, a ser de esquerda ou de direita, deixando uma eventual pontuação intermédia a critério do entrevistado.

Para efeito de interpretação do Eseb, seguimos o padrão estabelecido pelos autores que analisaram antes aquelas pesquisas (Carreirão, 2007, p. 314), no qual se agregam as preferências ideológicas em três blocos: “esquerda”, reunindo as posições 0 a 3, “centro”, somando as que vão de 4 a 6, e “direita” as de 7 a 10. Assim, os dados mostrados no Gráfico 2 mensuram o tamanho dos *campos*, como o faz o Gráfico 1.

Gráfico 2 –Autolocalização em campos ideológicos (escala de onze pontos), 2002-2018 (em %)



Fonte: Elaboração do autor sobre dados do Eseb. Foram desconsideradas “outras respostas” e “não respondeu”. As categorias “não sabe o que é esquerda e direita”, “não sabe o que é ser de esquerda e direita” e “não sabe” foram unificadas sob o rótulo geral “não sabe”.

O Gráfico 2 confirma a inclinação do eleitorado para a direita, a qual aparece quase sempre na dianteira em relação aos dois outros campos. Tanto no Gráfico 1 como no 2, ela atinge cerca de 40% das preferências em 2002/2003 e em 2018/2019, momentos em que fica nítida a extensão do estrato conservador em seu conjunto. *Nenhum outro campo ideológico se aproximou desse tamanho nos trinta anos da democracia de 1988.* Lembrando que a escala do Eseb identifica melhor um *campo* de centro, deve-se registrar que a direita foi alcançada por este em 2006, quando ocorreu um empate dentro da margem de erro (sobre as margens de erro do Eseb, que variam, ver Nota 19). Naquele ano, em que ocorreu o realinhamento, as predisposições polares sofreram quedas significativas e o campo centrista subiu.

Todavia, se os momentos de ativação ideológica produziram picos semelhantes à direita nos Gráficos 1 e 2, as fases de desativação ocasionaram vales mais profundos no

segundo, tanto de um lado quanto de outro do espectro. Enquanto no Datafolha, a direita cai de 41% para 35%, entre 2003 e 2006, no Eseb ela afunda bem mais, indo de 38% para 24%, entre 2002 e 2006. Algo parecido acontece com a esquerda, se bem que, por razões a serem descobertas, os auges esquerdistas são menores no Eseb do que no Datafolha.³³ Em verdade, o Eseb encontra números anêmicos à esquerda do centro, em particular no período lulista, talvez por ter captado melhor a desativação ideológica geral (Carreirão, 2007). Trata-se, aliás, de fenômeno previsível: para desativar a direita, o lulismo precisaria desativar, também, a esquerda.

É provável que as características dos vales se relacionem à diferente proporção, nas pesquisas, de eleitores que não se localizam na escala. Durante o realinhamento lulista, cresce muito o número de entrevistados do Eseb que deixam de se posicionar, o que acontece de modo mais modesto no Datafolha. Com efeito, esse número alcança 42%, em média, entre 2006 e 2014, no Gráfico 2, contra apenas 23% (em média), entre 2006 e 2016, no Gráfico 1.

A razão pode estar nas diferenças metodológicas explicitadas acima. O fato é que a baixa das predisposições polares e a alta da incapacidade de se orientar ideologicamente desenha uma espécie de chapéu do “não sabe” a encobrir o Gráfico 2 na etapa de realinhamento lulista. Sob esse teto, a direita conforma um piso, cuja simetria indica com clareza a relação entre as duas curvas: quando a direita cai, o “não sabe” cresce, e vice-versa. Esse diagrama confirma a segunda hipótese do artigo, de acordo com a qual o lulismo teve um efeito desativador sobre a direita.

Deve-se notar que o movimento geral das curvas da direita e do não sabe é similar nos dois gráficos. Em ambos, em 2006, a direita cai e o número de eleitores que não se posicionam, sobe; ao redor de 2018 se dá o deslocamento inverso, quando ocorre uma reativação das predisposições à direita (e, também, à esquerda) e cai o número dos que não sabem se posicionar. Caso as curvas fossem diferentes, haveria dúvidas sobre a despolarização; ao coincidirem, embora difiram na quantidade, abre-se um debate sobre a *intensidade* da mesma.

³³ Exemplos: a esquerda aparece com 16% no Eseb/2002 e 27% no Datafolha/2003; obtém 15% no Eseb/2018 e 26% no Datafolha/2019.

O papel da escolaridade

Encerraremos esta exposição com uma nota destinada a inquirições futuras. Nela, parte-se do princípio que a desativação e a reativação das predisposições agem sobre um público heterogêneo, com efeitos diversos. Em particular, imaginamos que as características de *status* de cada grupo interfiram sobre o autoposicionamento na escala. Se analisarmos os números do Eseb, segmentados por grau de instrução, perceberemos interessantes aspectos a serem explorados a respeito do esfria-esquenta ideológico descrito acima.

Com esse objetivo, os Gráficos 3 a 6 apresentam a identificação ideológica entre 2002 e 2018 cruzada por escolaridade. A instrução foi escolhida para sinalizar *status* tendo em vista ser, ao mesmo tempo, um clássico marcador de posição na estrutura societária e uma causa de familiaridade com a terminologia ideológica. Ressalvadas características específicas de participação política, quanto maior a escolaridade, maior a chance de compreensão dos termos esquerda e direita, e maior a tendência de manter vivas as preferências ideológicas. Ao contrário, quanto menor a escolaridade, mais baixo o entendimento das palavras que conotam ideologia e maior o afastamento da localização na escala quando não ativada por estímulos externos.

Tal como acontecia em 1989 (Singer, 2000, pp. 92-3), no início das pesquisas do Eseb, quanto menor a escolaridade do eleitor, maior a probabilidade dele se posicionar à direita. Com efeito, em 2002, a chance de posicionamento à direita do centro era 50% maior entre os que haviam cursado até, no máximo, o fim do Ensino Fundamental I (o que inclui os não escolarizados), do que entre os universitários.³⁴

Mais do que isso, a queda da escolaridade aumentava de maneira linear a adesão ao campo da direita. Entre os universitários era de 27%, crescendo na passagem para o grupo dos que completaram o ensino médio para 35%. Entre os que não completaram o ensino médio, alcançava 39%. Por fim, atingia a marca de 42% entre os de menor escolaridade. Portanto, é importante reter a possível continuidade, entre 1989 e 2002, de um fenômeno pouco estudado, a saber, o “conservadorismo popular” (Singer, 2000, p. 145). De acordo com Pierucci (1994, pp. 143-8), que pesquisou o tema em São Paulo nos anos 1980, o conservadorismo popular, ou *conservatism from below*, diria respeito à

³⁴ O primeiro ciclo do Ensino Fundamental, ou Fundamental I, hoje é constituído de cinco séries (no passado eram quatro). Por isso, incluímos na categoria de base da escolaridade todos os que cursaram até a quinta série. Já a categoria “universitários” inclui todos os que chegaram à universidade, independente de terem concluído a graduação ou a superado, na forma de pós-graduação. As duas outras categorias são formadas pelos que chegaram ao ensino médio, mas não o completaram, e pelos que completaram o ensino médio.

parcela do campo popular que tem a “paixão da desigualdade”, isto é, que se apega às diferenças entre os indivíduos e os direitos que delas decorreriam.³⁵ Nos gráficos a seguir, pode-se observar a maneira como, desde o ponto de partida em 2002 descrito acima, cada estrato social – medido pela escolaridade – posicionou-se até 2018, permitindo um vislumbre do que teria ocorrido com o conservadorismo popular nesse meio tempo.

Autolocalização no espectro ideológico por grau de escolaridade, 2002-2018 (em %)

Gráfico 3 – Até Fundamental I

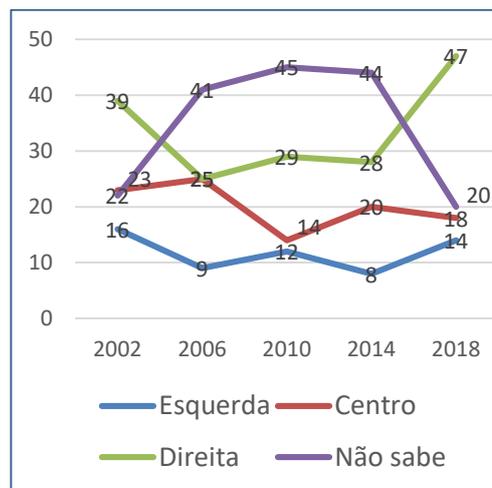


Gráfico 4 – Até Médio Incompleto

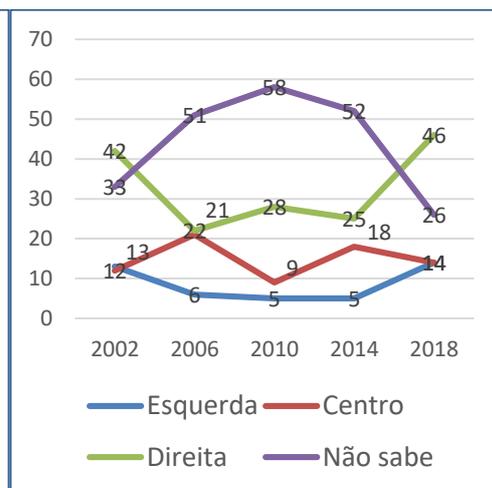


Gráfico 5 – Médio Completo

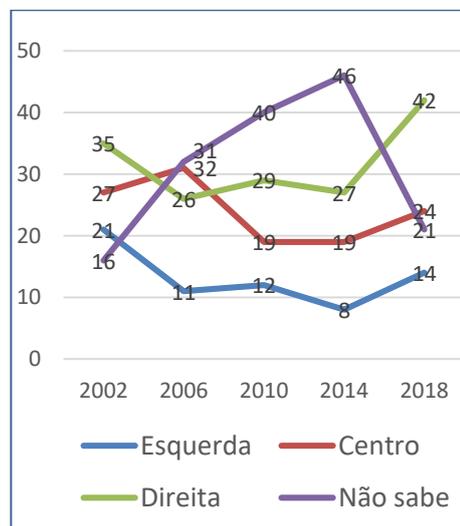
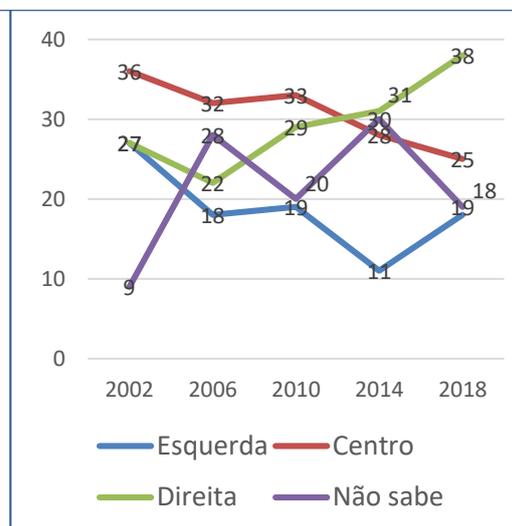


Gráfico 6 – Superior Incompleto ou mais



Fonte: Elaboração do autor sobre dados do Eseb. Ver critérios para as faixas de escolaridade na Nota 33.

³⁵ Construímos uma definição de conservadorismo popular, com pinceladas próprias, a partir de um depoimento de Pierucci (1994), inserido na coletânea *Os anos 90: política e sociedade no Brasil* (Dagnino, 1994).

Que história contam os Gráficos 3 a 6? De um lado, a da desativação das predisposições à direita, que atingiu, sobretudo, os de menor escolaridade. A contar de 2006, cai o alto posicionamento à direita entre os que cursaram no máximo até o ensino médio, sem completá-lo (o que inclui toda a gradação de escolaridade inferior a esta), como pode ser visto nos Gráficos 3 e 4. Em compensação, sobe muito o número dos que passaram a não se posicionar na escala. Em 2018, ocorreram, entre esses mesmos eleitores, os movimentos inversos, com nova elevação do posicionamento à direita e queda dos que não se localizavam no espectro.

De outro lado, aumentou gradativamente, entre 2006 e 2018, a adesão à direita por parte dos mais instruídos (Gráfico 6). Ao final do processo, a direita, continuou a ter boa “receptividade nos segmentos de status social mais baixo” (Singer, 2000, p. 92), tal como ocorria em 1989. Mas, agora acrescentou-se uma adesão significativa à direita dos universitários, provavelmente pela primeira vez pós-1988. Os que completaram o ensino médio (Gráfico 5), desenharam curvas que ficaram entre uma e outra configuração. O formato lembra o dos que tem menor escolaridade, porém efetivado de maneira suave, configurando um ponto intermediário entre o comportamento daqueles que tem maior e menor instrução. Na realidade, pode-se dizer que o comportamento dos segmentos intermediários (ensino médio incompleto e ensino médio completo), vai se distanciando, pouco a pouco, do padrão estabelecido pelos menos escolarizados, até chegar ao outro modelo, que se viu entre os universitários.

Nos Gráficos 3 e 4, os deslocamentos entre a direita e o “não sabe” foram abruptos e intensos. Cerca de 40% dos eleitores de baixa escolaridade tinha preferência pela direita em 2002, caindo para não mais do que 25% em 2006. Doze anos depois, ao fazer o caminho oposto, sobe rapidamente a adesão à direita e cai o “não sei”. Desenhou-se, assim, o alto platô dos que não sabiam se posicionar na escala entre 2006 e 2014, acompanhado do piso direitista durante o mesmo período, conforme havíamos visto no Gráfico 2, o qual vale para o conjunto do eleitorado.

Já o Gráfico 6, mostra que o mesmo não se deu entre os universitários. A adesão à direita por parte daqueles com maior instrução inicia-se de um patamar baixo em 2006 (22%) e percorre uma trajetória ascensional gradativa, até chegar a 38% em 2018. Corresponde, provavelmente, a uma lenta adesão da classe média às posições de direita, as quais, como se sabe, acabariam por desembocar no apoio ao bolsonarismo. A novidade é que o percurso começou antes do que se imaginava. Possivelmente, entre os que

alcançaram o ensino universitário, a adesão à direita se inicia com o realinhamento lulista, ganhando densidade de eleição em eleição.

Em resumo, a desativação e reativação das predisposições à direita recaiu fortemente sobre os de menor escolaridade. Como estes representavam mais de 70% das amostras do Eseb, deram o tom para o conjunto. Se este achado for generalizável, poder-se-ia pensar que a explicação para o relativo equilíbrio dos anos lulistas, seguido da avalanche conservadora, se encontraria justamente na parcela de baixo da pirâmide. Não obstante o fenômeno direitista ter atingido a classe média tradicional, a explicação para o sucesso de massa da reativação da direita, que justificaria a vitória de Bolsonaro, reside nos eleitores de escolaridade fundamental. É compreensível que aqueles cujo posicionamento depende de uma ativação maior, pois estão mais distantes do debate ideológico, sejam os mais afetados quando termos como esquerda e direita desaparecem e reaparecem das campanhas. Em outras palavras, e esta é a dica fundamental, talvez o que o lulismo tenha desativado, entre 2006 e 2014, *não fosse tanto o direitismo em geral, mas o conservadorismo popular, em particular*. Assunto a ser aprofundado.

Conclusão: quando velhos personagens reentram em cena

Qual “fundo regressivo” da sociedade a eleição de 2018 mobilizou e como o fez? Este artigo trouxe duas hipóteses. A primeira afirmava que havia um nome para o estrato recém-despertado: direita. Tratava-se de uma velha conhecida, cujo nascimento moderno no Brasil retroage a 1945, mas contém raízes que levam até a história colonial. Formação antiga e poderosa, teria permanecido presente, ainda que na condição de latência.

Predisposições de longo prazo, diz a teoria do comportamento eleitoral, precisam ser ativadas a cada campanha. O regime de 1964 cultivou uma base de massa, a qual fluiu para a dupla de partidos herdeiros da ditadura, hoje curiosamente denominados “Progressistas” e “Democratas”. Fernando Collor de Mello teria sabido ativar o direitismo no contexto da volta à democracia. Mas, depois do seu impeachment, por razões diversas, a direita se retirou da cena principal e, com o realinhamento de 2006, o lulismo teria desativado, até 2014, as predisposições conservadoras. Esta, a segunda hipótese.

Coube, então, conclui a interpretação sugerida, a Jair Bolsonaro, reativar tais predisposições, gerando um inesperado vulcão de votos direitistas em 2018. O ex-capitão colheu os frutos do que fora plantado em junho de 2013, na Operação Lava Jato de 2014 em diante, na recessão deflagrada em 2015 e no impeachment de 2016. Ele o teria feito,

provocando uma polarização extremada, que garantiu a soldagem da centro-direita à direita, permitindo-lhe vencer o segundo turno sem negociar.

Evidências empíricas confirmaram a plausibilidade do raciocínio. Medidas de autolocalização na escala ideológica produzidas pelo Datafolha indicaram a direita como a escolha da maioria relativa dos eleitores durante os trinta anos que a democracia de 1988 percorreu até a eleição de Bolsonaro. Cerca de um quarto do eleitorado escolheu repetidamente posicionar-se no canto conservador do espectro, deixando as demais rubricas (centro, esquerda, centro-direita e centro-esquerda) quase sempre como um pelotão secundário no *ranking*.

Nos momentos de maior radicalização, as predisposições direitistas caminhavam para reunir cerca de um terço dos entrevistados, enquanto a esquerda se aproximava de 20%. Polarizada a conjuntura, ou não, a direita quase sempre superava a esquerda em cerca de dez pontos percentuais. Cálculos do ponto médio das escolhas entre 1990 e 2019 o situaram invariavelmente à direita do centro. Confirmou-se, assim, a primeira hipótese: o eleitorado brasileiro inclina-se para a direita, conforme sugerido por ocasião da vitória de Collor (Singer, 2000).³⁶

Agrupando-se as preferências em três campos ideológicos (mensurados pelo Datafolha e pelo Eseb), isto é, os que estão à esquerda do centro, ao centro e à direita do centro, a área conservadora ocupa uma região ampla. As medidas indicaram que o campo da direita, a saber a direita somada à centro-direita, obtém ao redor de 40% das preferências nas conjunturas de polarização. Nesses casos, pode almejar à maioria absoluta, estando bastante habilitado a alcançá-la quando se trata de votos válidos.

Isso ajudaria a explicar a adoção de estratégias radicais por parte de lideranças da direita. Enquanto retiverem a centro-direita junto a si – o que é potencializado pelo temor de uma suposta esquerdização que os próprios direitistas propagam –, a coalizão conservadora é capaz de vencer o segundo turno das eleições presidenciais sem precisar de uma aliança com o centro. Foi, aliás, o que fizeram Collor e Bolsonaro. Daí a queda da direita pela polarização, enquanto a esquerda opta pela tática contrária, o que desmente as acusações de que o PT teria “dividido o país”.

³⁶ Estudos recentes como o de Power e Rodrigues-Oliveira (2019, p. 23), chegam, por outros meios, à mesma conclusão, indicando que o eleitorado brasileiro “pende para a direita”.

A razão de a direita ter “sumido” das disputas presidenciais nas duas décadas dominadas por PSDB e PT, entre 1994 e 2014, ou seja, na segunda fase do longo ciclo 1964-2018, precisa ser atribuída, portanto, a fatores conjunturais. Como as predisposições estruturais não mudaram após o impeachment de Collor, elementos de ocasião devem ter provocado a letargia conservadora. Entre eles, argumentou-se aqui, teria havido, uma consciente desativação das predisposições ideológicas pelo lulismo entre 2006 e 2014.

A prática despolarizante do lulismo teria começado em 2002, quando seguindo o exemplo de “Lulinha paz e amor” (sacada publicitária da campanha do ex-presidente), o PT se afastou do perfil radical que o caracterizara desde a fundação (Singer, 2012). A retórica conciliadora serviu para conter as tentativas de instilar medo nas faixas influenciadas pelo conservadorismo. Com a emergência do realinhamento lulista em 2006, resultado de programas que beneficiaram os mais pobres, os termos esquerda e direita passaram ainda mais para o fundo da cena.

O realinhamento, que colocou os de menor renda ao lado de Lula, e a classe média em torno do PSDB, teria, assim, contribuído para desarmar o conservadorismo popular, fenômeno determinante da distribuição ideológica no país. Talvez com essa percepção, mesmo nos momentos de ofensiva contra adversários eleitorais em torno das privatizações e da política monetária, em 2006 e 2014, as palavras esquerda e direita jamais foram trazidas à baila. Dilma Rousseff chegou a ter o apoio do PP, sucessor da ARENA, na sua última campanha presidencial.

A estratégia despolarizante deu resultado. Dados do Eseb evidenciaram que, durante os pleitos de 2006 a 2014, houve uma importante redução das predisposições à direita, cujos eleitores, em boa parte, deixaram de se localizar na escala, alegando não saber fazê-lo. Cerca de 20 milhões se deslocaram da direita para fora do contínuo ideológico. Confirmou-se, portanto, a segunda hipótese: houve, de fato, uma desativação das predisposições à direita durante o realinhamento lulista.

Ao cruzar o autoposicionamento na escala com a escolaridade, por outro lado, ficou claro o quanto a desativação da direita dependeu dos menos escolarizados. Foram os eleitores das faixas de instrução menores que procederam em massa ao duplo deslocamento, afastando-se da direita e, simultaneamente, do espectro ideológico. Em consequência, estudos futuros poderão revelar que o lulismo desarmou, sobretudo, o

conservadorismo popular. Os de maior *status* social, diferentemente, percorreram uma trajetória de constante direitização entre 2010 e 2018.

Mas para desativar a direita, foi preciso despolarizar a disputa como um todo, desativando a esquerda, também. Os desdobramentos, no que diz respeito à despolitização, cobraram um preço. Quando as predisposições conservadoras começaram a ser reativadas em junho de 2013, e desaguaram cinco anos depois na eleição de Bolsonaro, verificou-se que não tinha havido qualquer mudança estrutural das preferências ideológicas durante o realinhamento, sendo tarde para produzi-la na iminência da crise. Em 2018, em torno de 20 milhões de eleitores, o mesmo número que havia feito o trajeto inverso em 2006, reentraram no espectro, disponíveis para assumir, outra vez, posições à direita.

Bolsonaro teria tido o papel de despertar essa direita popular, levando-a às urnas em seu favor, com aproveitamento do contexto de gradual polarização a partir de 2013.³⁷ A atração pelo deputado entre eleitores de maior renda aparecia em pesquisas precoces, de meados de 2016, quando as denúncias contra o governo Temer abatiam as opções de centro.³⁸ De certo modo, a classe média foi a Bolsonaro, e não o contrário. Porém, tal vínculo, isoladamente, não poderia levar ao triunfo, devido à pequena expressão numérica dos setores intermediários. Era indispensável reativar a simpatia pela direita entre os de *status* mais baixo.

Por isso, é decisivo compreender os mecanismos utilizados por Bolsonaro junto aos subalternos, depois de doze anos de adormecimento. Talvez, o atentado que quase tirou a vida do candidato em setembro de 2018 tenha cumprido um papel relevante na reativação, cujos conteúdos merecem investigação cuidadosa. Novas pesquisas poderão esclarecer, por exemplo, o rol exercido por setores evangélicos e da segurança pública no processo.

O fato é que, uma vez ativado, o contingente conservador levou Bolsonaro a vencer o primeiro turno da principal disputa existente na política brasileira: a Presidência da República. No segundo turno, a centro-direita, por sua vez, que costuma ser composta

³⁷ Segundo Fuks e Marques (2020, p. 408), no período 2015-2019, “a ideologia adquire maior consistência e, com isso, os eleitores passam a se situar mais na escala esquerda-direita e a diferenciar ideologicamente os partidos e os candidatos.”

³⁸ Ver a respeito Consuelo Dieguez (2016).

de camadas com maior *status*, pode ter feito a diferença. No fim, Bolsonaro obteve um resultado proporcionalmente maior que o de Collor três décadas antes.

Duas palavras para terminar com uma reflexão prospectiva. Uma vez instalado no Planalto, o presidente seguiu, até ao menos junho de 2020, a política radical que o levou a vencer “sozinho”, isto é, sem barganhar com o centro. Não espanta que, após cem dias de governo, possa ter perdido o apoio da centro-direita. Reduzido, talvez, ao suporte do terço direitista cujas necessidades materiais são maiores, pois popular, o mandatário parecia, até o final de 2019, limitado por dificuldades econômicas para consolidar essa base.

A chegada da pandemia, no entanto, pode ter provocado uma dupla e inesperada inflexão. Em meio aos efeitos cruéis do coronavírus, Bolsonaro descobriu o que o auxílio emergencial teria condição de fazer em favor da sua popularidade. Ancorado nele, e estabelecendo um acordo inédito com antigos e novos partidos de direita na Câmara, como o Progressistas e o Republicanos, o ex-capitão contava, no final de 2020, com quase 40% de aprovação e apoio no Congresso. Com isso, o fundo direitista reativado continuava, na metade do mandato bolsonarista, a jogar com as peças brancas, fechando, como havia começado, o ciclo aberto em 1964.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A.C. “O motivo que levou à vitória de Bolsonaro”. Poder 360, 31/10/2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/eleicoes/o-motivo-que-levou-a-vitoria-de-bolsonaro-segundo-alberto-carlos-almeida/>. Acesso em: 6 dez. 2020.

ALMEIDA, J. *Marketing político: hegemonia e contra hegemonia*. São Paulo: FPA/Xamã, 2002.

AMARAL, O. E. “The victory of Jair Bolsonaro according to the Brazilian Electoral Study of 2018”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 14, no. 1, maio 2020.

ANDERSON, P. *Brazil apart (1964-2019)*. Londres: Verso, 2019.

AVRITZER, L. *Política e anti-política: a crise do governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2020.

CARREIRÃO, Y. DE S. “Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006”. *Opinião Pública*, vol. 13, no. 2, p. 307-339, nov. 2007.

DIEGUEZ, C. “Direita, volver”. *Piauí*, 120, Setembro de 2016.

DIMENSTEIN, G. E SOUZA, J. *A história real: trama de uma sucessão*. São Paulo: Ática, 1994.

FUKS, M. E MARQUES, P. H. “Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018”. *Opinião Pública*, vol. 26, no. 3, p. 401-430, set.-dez. 2020.

KROH, M. “Surveying the left-right dimension: the choice of a response format”. *German Institut for Economic Research*, Discussion Paper 491, 2005.

LAZARSELD, P., BERELSON, B. e GAUDET, H. *El pueblo elige: estudio del proceso de formación del voto durante una campaña presidencial*. Buenos Aires: Ediciones 3, 1960.

LAMOUNIER, B. (Org.) *Voto de desconfiança: eleições e mudança no Brasil (1970-1979)*. São Paulo: Cebrap, 1980.

_____ *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Sumaré, 1990.

LICHOTTE, C. “A hora do Arenão”. *Piauí*, 20/11/2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/hora-do-arenao/>. Acesso em: 23 dez. 2020.

LIPSET, S. M. *O homem político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MILLER, W. E. E SHANKS, J. M. *The new American voter*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1996.

NICOLAU, J. *O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

OLIVEIRA, C. E TURGEON, M. “Ideologia e comportamento político no eleitorado brasileiro”. *Opinião Pública*, vol. 21, no. 3, p. 574-600, dez. 2015.

OLIVEIRA, F. *Collor: a falsificação da ira*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OYAMA, T. *Tormenta: O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PEREIRA, F. B. “Non causa pro causa: o voto de direita e esquerda no Brasil”. *Opinião Pública*, vol. 26, no. 2, p. 154-179, Ago. 2020.

PIERUCCI, A. F. “Linguagens autoritárias, voto popular”. In DAGNINO, E (org.). *Os anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, pp. 137-149, 1994.

_____ *Ciladas da diferença*. São Paulo: 34, 1999.

POWER, T. J. E RODRIGUES-SILVEIRA, R. “Mapping ideological preferences in Brazilian elections, 1994-2018: a municipal-level study”. *Brazilian Political Science Review*, vol.13, no. 1, fev. 2019.

REIS, F. W. *Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira*. São Paulo: Edusp, 2000.

RENNÓ, L. “As eleições de 2022”. *Veja*, 14/12/2020 Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/as-eleicoes-de-2022/> . Acesso em: 17 dez. 2020.

SINGER, A. *Ideologia e voto no segundo turno da eleição presidencial de 1989*. São Paulo: Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1993.

_____. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____ E VENTURI, G. “Sismografia de um terremoto eleitoral” In Vários autores. *Democracia em crise?* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, R. *Seja como for: entrevistas, retratos e documentos*. São Paulo: Duas Cidades, 34, 2019.

SUASSUNA, L. e NOVAES, L. A. *Como Fernando Henrique foi eleito presidente*. São Paulo: Contexto, 1994.